

Um olhar sobre os indicadores de analfabetismo no Brasil*

José Marcelino de
Rezende Pinto
Liliane Lúcia Nunes de
Aranha Oliveira
Brant
Carlos Eduardo Moreno
Sampaio
Ana Roberta Pati
Pascom

Palavras-chave: taxa de analfabetismo; indicadores educacionais; desigualdades regionais.

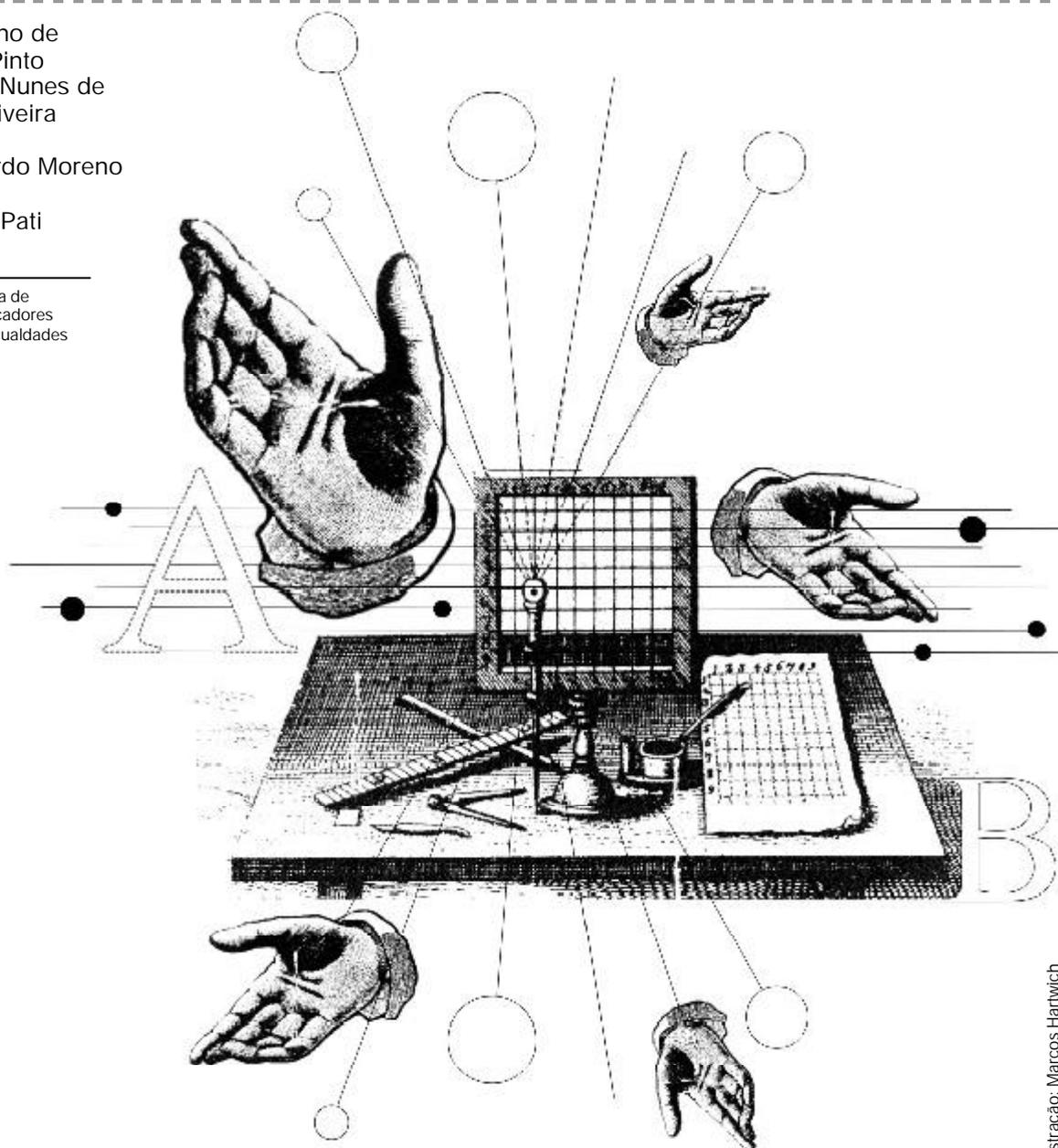


Ilustração: Marcos Hartwich

* Este trabalho só foi possível graças à colaboração da equipe da Diretoria e Tratamento de Informações Educacionais (DTDIE).



Analisa os principais fatores associados ao analfabetismo com base nos dados do Censo de 2000, realizado pelo IBGE. As principais conclusões do estudo indicam que o analfabetismo é um fenômeno que está presente com maior predominância não só nas regiões mais pobres do País como, também, na periferia dos grandes centros urbanos. Constata-se, ainda, um número considerável de analfabetos na faixa de 10 a 18 anos de idade, o que mostra que, no Brasil, a freqüência à escola não é um antídoto contra o analfabetismo. Observa-se também que, nos municípios onde a média de anos de estudo é elevada, o número de analfabetos é pequeno. Esses fatos apontam para a necessidade de as políticas de combate ao analfabetismo levarem em conta os diferentes perfis dos segmentos que se encontram nessa situação, bem como atuarem *pari passu* com as políticas de ampliação da escolaridade da população brasileira.

A herança

Ao apresentarmos uma síntese dos dados sobre analfabetismo no Brasil, o primeiro ponto a considerar é que se trata de

um problema que possui uma longa história no País. Assim, em sua interessante obra *História da instrução pública no Brasil (1500-1889)*, escrita em 1889, José Ricardo Pires de Almeida (2000) comenta o fato de que no Brasil Colônia "havia um grande número de negociantes ricos que não sabiam ler" (p. 37). Prova disto é que, no Império, admitia-se o voto do analfabeto, desde que, é claro, este possuísse bens e títulos. O autor relata outro fato que também ajuda a entender as causas deste fenômeno e que ainda hoje se encontra presente: os baixos salários dos professores, que impediam a contratação de pessoal qualificado e levavam ao "afastamento natural das pessoas inteligentes de uma função mal remunerada e que não encontra na opinião pública a consideração a que tem direito" (p. 65). No mesmo trabalho, ele mostra que, em 1886, enquanto o percentual da população escolarizada no Brasil era de apenas 1,8%, na Argentina este índice era de 6%.

Fatos como estes ajudam talvez a entender porque, em 2000, enquanto a Argentina ocupava o 34º lugar no *ranking* de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Brasil ocupava a 73ª posição, em situação bem inferior à de outros países da América Latina, conforme mostra a Tabela 1.

A Tabela 2 busca, então, apresentar como evoluiu, neste século, o número de analfabetos no País. Por ela podemos constatar dois fatos importantes. Em primeiro lugar, observa-se que a taxa de analfabetismo na população de 15 anos ou mais caiu ininterruptamente ao longo do século, saindo de um patamar de 65,3% em 1900 para chegar a 13,6% em 2000. Contudo, como já alertava Anísio Teixeira (1971), em trabalho de 1953, não basta a queda da taxa de analfabetismo; é fundamental também a sua redução em números absolutos. E neste aspecto há muito ainda a ser feito. Como dado positivo, temos o fato de que, finalmente, na década de 80, conseguimos reverter o crescimento constante até então verificado no número de analfabetos e, como dado negativo, o de que, em 2000, havia um número maior de analfabetos do que aquele existente em 1960 e quase duas vezes e meia o que havia no início do século 20. Como do ponto de vista da mobilização dos recursos o que interessa é o número absoluto de analfabetos, percebe-se a grande tarefa que temos pela frente, facilitada, é claro, pelo fato de a riqueza social produzida hoje pelo Brasil ser muito maior que a de 1960 ou a do início do século.

Tabela 1 – Índice de desenvolvimento humano e taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais – 2000

País	IDH	Posição	Taxa de analfabetismo (%)
Noruega	0,942	1º	0,0
Austrália	0,939	5º	0,0
Áustria	0,926	15º	0,0
Espanha	0,913	21º	0,0
Portugal	0,880	28º	7,8
Argentina	0,844	34º	3,2
Chile	0,831	38º	4,2
Costa Rica	0,820	43º	4,4
Trindade e Tobago	0,805	50º	1,7
México	0,796	54º	8,8
Colômbia	0,772	68º	8,4
Brasil	0,757	73º	13,6
Peru	0,747	82º	10,1
Equador	0,732	93º	8,4
Cabo Verde	0,715	100º	26,2

Fonte: Pnud e Unesco.

Tabela 2 – Analfabetismo na faixa de 15 anos e mais Brasil – 1900-2000

Ano	População de 15 anos de idade e mais		
	Total	Analfabeta	Taxa de analfabetismo
1900	9.728	6.348	65,3
1920	17.564	11.409	65,0
1940	23.648	13.269	56,1
1950	30.188	15.272	50,6
1960	40.233	15.964	39,7
1970	53.633	18.100	33,7
1980	74.600	19.356	25,9
1991	94.891	18.682	19,7
2000	19.533	16.295	13,6

Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

Se, por um lado, o Brasil tem hoje plenas condições, do ponto de vista de seus recursos econômicos e da qualificação dos seus docentes, para enfrentar o desafio de alfabetizar seus mais de 16 milhões de analfabetos, por outro lado, o próprio conceito de analfabetismo sofreu alterações ao longo deste período. Assim, enquanto o conceito usado pelo IBGE nas suas estatísticas considera alfabetizado a "pessoa capaz de ler e escrever pelo

menos um bilhete simples no idioma que conhece", cada vez mais, no mundo, adota-se o conceito de analfabeto funcional, que incluiria todas as pessoas com menos de quatro séries de estudos concluídas. Usando este segundo critério, mais adequado à realidade econômica e tecnológica do mundo contemporâneo, o nosso número de analfabetos salta para mais de 30 milhões de brasileiros, considerando a população de 15 anos ou mais.

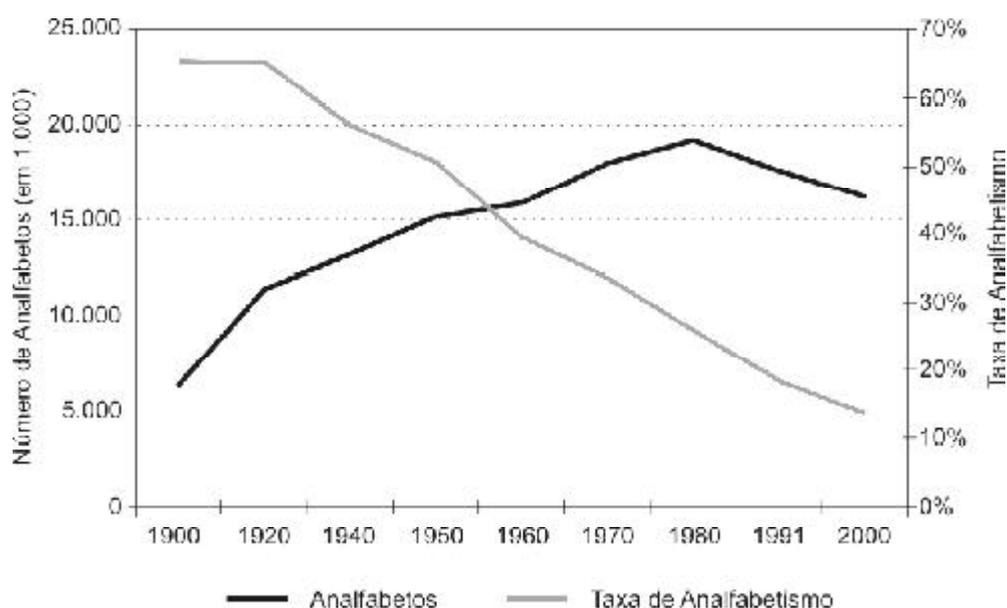


Gráfico 1 – Número de analfabetos e taxa de analfabetismo na faixa etária de 15 anos e mais – Brasil – 1900-2000

Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

Este número deve ser analisado com atenção, para que possamos identificar os impactos decorrentes da expansão do sistema. De fato, a ampliação do atendimento escolar teve forte impacto no processo de desaceleração do analfabetismo, sobretudo nas faixas etárias mais jovens. Por outro lado, o ganho na escolaridade média dessa população, apesar de expressivo, foi

insuficiente para garantir-lhes, pelo menos, o ensino fundamental completo. Para ilustrar este fato, basta observar que, como mostra a Tabela 3, na faixa etária de 15 a 19 anos, o analfabetismo era de 24% no início da década de 70 e passou para pouco mais de 3% em 2001. Nesta mesma faixa etária, a escolaridade média subiu de 4 para 6 anos de estudo.

Tabela 3 – Taxa de analfabetismo e escolaridade média por faixa etária Brasil – 1970/2001

Faixa Etária/Ano	Taxa de analfabetismo (%)	Escolaridade média (séries concluídas)
15-19 anos		
1970	24,0	4,0
2001	3,0	6,0
45-59 anos		
1970	43,2	4,0
2001	17,6	5,6

Fonte: IBGE.

Na ponta da pirâmide etária, o analfabetismo mostrou-se mais difícil de combater. Na faixa etária de 45 a 59 anos, em 2001, 17,6% eram analfabetos e tinham, em média, 5,6 anos de estudo.

Os dados da Tabela 3 mostram que o melhor antídoto para o analfabetismo é assegurar escola para todos na idade correta. Contudo, se esta escola não for de qualidade, continuaremos a produzir o

analfabeto funcional, que, apesar de ficar até oito anos na escola, não consegue avançar além das séries iniciais.

Analisaremos, a seguir, como o número de analfabetos se distribui entre as diferentes regiões do País.

As desigualdades regionais

Tendo o Brasil, como sua marca básica, as desigualdades sociais e regionais, não poderia ser diferente com o analfabetismo. Como mostra a Tabela 4, as regiões

com menor desenvolvimento econômico e de economia pouco diversificada são as que apresentam os piores indicadores. Assim, o Nordeste brasileiro tem a maior taxa de analfabetismo do País, com um contingente de quase 8 milhões de analfabetos, o que corresponde a 50% do total do País.

Contudo, quando se observa o Gráfico 2, que mostra a distribuição do total de analfabetos absolutos entre os Estados, constata-se que cinco deles (Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Ceará) respondem por cerca da metade dos analfabetos do País.

Tabela 4 – Taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais – 1996/2001

Unidade geográfica	Ano		
	1996	1998	2001
Brasil	14,7	13,8	12,4
Norte	12,4	12,6	11,2
Nordeste	28,7	27,5	24,3
Sudeste	8,7	8,1	7,5
Sul	8,9	8,1	7,1
Centro-Oeste	11,6	11,1	10,2

Fonte: IBGE – PNADs de 1996, 1998 e 2001.

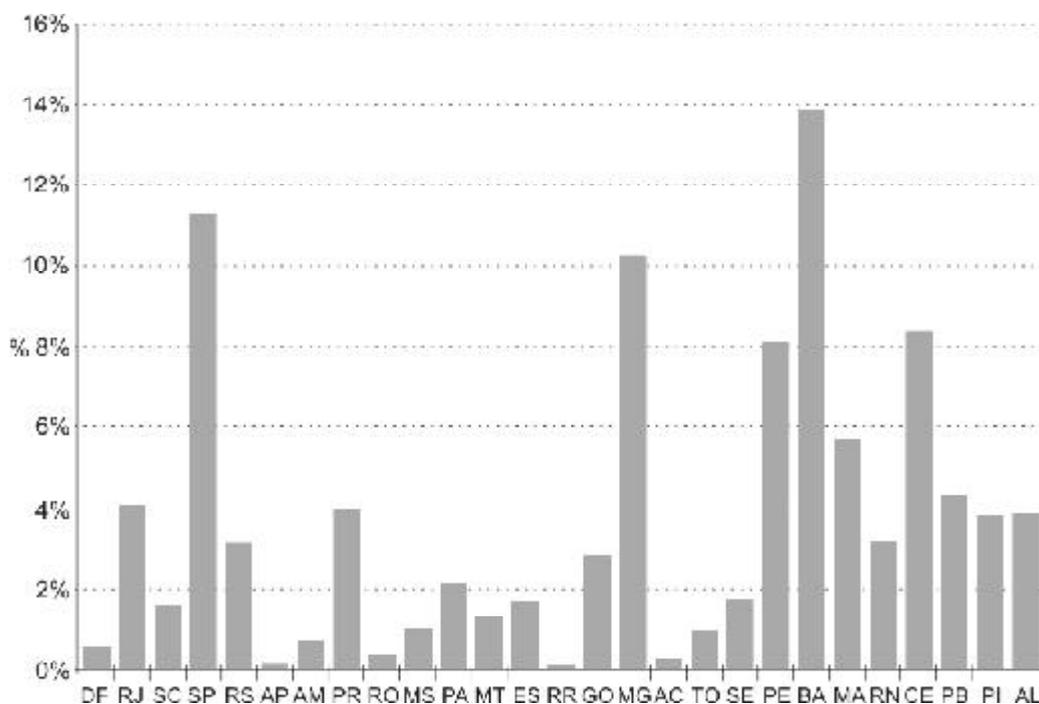


Gráfico 2 – Distribuição de analfabetos da população brasileira de 15 anos e mais por unidade da Federação – 2001

Fonte: IBGE, PNAD de 2001.

Nota: Exclusiva população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

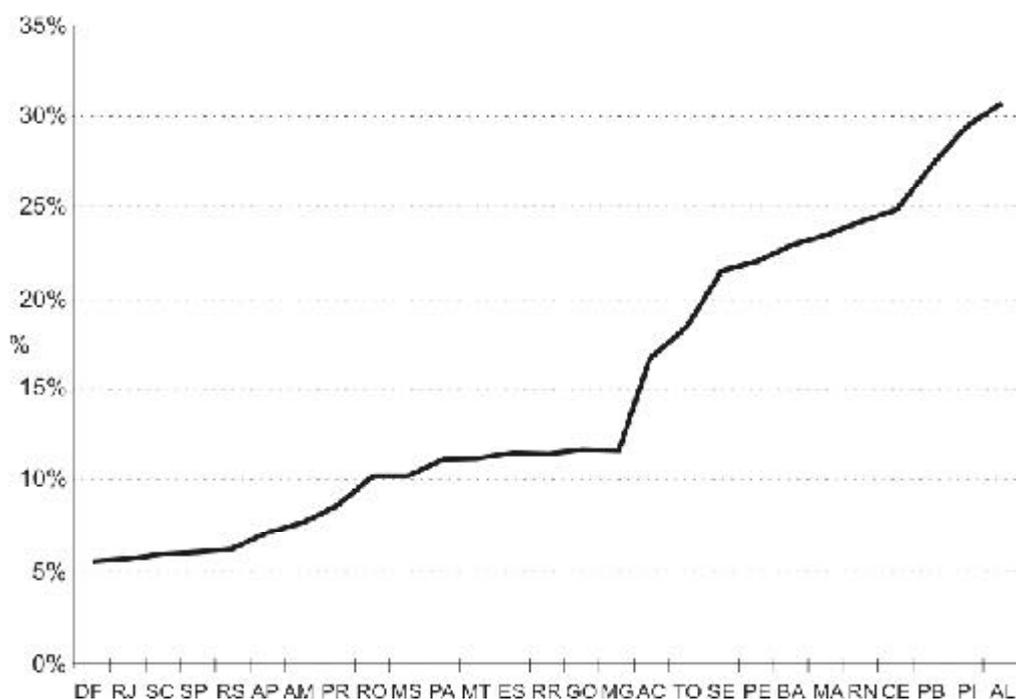


Gráfico 3 – Taxa de analfabetismo da população brasileira de 15 anos e mais por unidade da Federação – 2001

Fonte: IBGE, PNAD de 2001.

Nota: Exclusive população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

O analfabetismo nos municípios

Para a definição de estratégias de combate ao analfabetismo, é importante também conhecer a sua distribuição entre os municípios, unidade administrativa básica da Federação. Para ilustrar esse enfoque, considerando-se uma classificação em ordem decrescente do número de analfabetos, constatamos que 125 municípios concentram 1/4 do total de analfabetos e que 586 municípios respondem pela metade do total de analfabetos de 15 anos ou mais do País.

Analisando agora os cem primeiros municípios com a maior concentração de analfabetos, constata-se que eles estão indistintamente distribuídos em praticamente todas as unidades da Federação. Nesta lista aparecem 24 municípios de capital, com a cidade de São Paulo encabeçando a lista daqueles com o maior número de analfabetos, 383 mil, seguida da cidade do Rio de Janeiro, com 199 mil. É surpreendente a situação do Distrito Federal, que detém a melhor condição educacional do país, mas concentra, no entanto, 83 mil analfabetos, estando em oitavo lugar entre os municípios com o maior número de analfabetos, conforme mostra a Tabela 5.

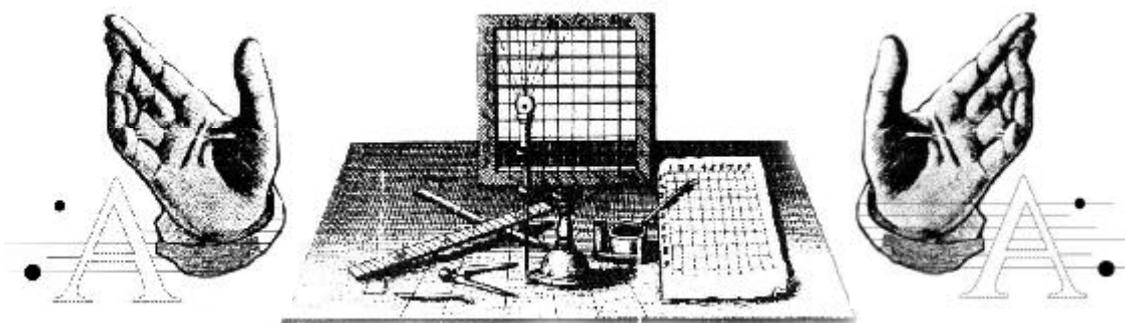


Tabela 5 – Distribuição do número de analfabetos nos cem primeiros municípios onde ocorre maior concentração – 2000

UF	Municípios	Analfabetos de 15 anos e mais			
		Total	Faixa etária (em anos)		
			5 a 29	30 a 59	60 e mais
SP	13	661.949	94.329	330.749	236.871
RJ	7	403.608	61.431	190.754	151.323
CE	11	381.015	79.450	197.600	103.965
PE	11	369.738	80.364	186.788	102.586
BA	9	326.510	69.529	164.901	92.080
MG	9	227.222	26.379	112.901	87.942
MA	8	200.603	46.933	98.915	54.855
AL	3	147.834	40.163	76.581	31.090
PB	4	135.249	30.575	66.447	38.227
PI	2	90.710	18.772	47.064	24.874
RN	2	89.593	18.177	45.990	25.426
DF	1	83.378	14.625	45.378	23.375
PA	3	83.101	16.999	39.968	26.134
GO	3	80.198	9.651	39.228	31.317
SE	3	66.625	15.522	34.376	16.727
PR	2	63.635	5.987	30.045	27.603
AM	1	57.096	11.818	28.692	17.086
ES	2	39.798	4.970	20.953	13.875
RS	1	36.167	5.748	16.302	14.117
MS	1	28.466	3.039	14.119	11.308
AC	1	23.080	4.986	12.135	5.979
MT	1	20.777	2.459	10.953	7.365
RO	1	17.999	2.834	9.843	5.322
AP	1	16.060	3.533	8.004	4.523
Total	100	3.650.209	667.753	1.828.696	153.770
	1,8	22,4	21,6	22,6	22,6

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000.

Uma outra abordagem que pode ser feita considera o número de analfabetos em cada município. Organizando este quantitativo municipal em intervalos (Tabela 6), identifica-se a existência de 2.142 municípios brasileiros com até mil analfabetos. Estes municípios, com uma população residente que varia de 795 habitantes, com 25 analfabetos (Borá/SP), a 29.358

habitantes, com mil analfabetos (Timbó/SC), têm, em média, uma população residente de 5.470 habitantes e possuem, ao todo, 1.125.191 analfabetos, cerca de 6,9% do total de analfabetos de 15 anos ou mais do país. Esses municípios de pequeno porte estão distribuídos, de forma mais predominante, nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Tabela 6 – Analfabetos de 15 anos ou mais Brasil – 2000

Número de analfabetos	Municípios		Analfabetos	
	Total	%	Total	%
Até mil	2.142	38,9	1.125.191	6,9
De 1.001 a 5.000	2.599	47,2	6.171.095	37,9
De 5.001 a 10.000	524	9,5	3.618.979	22,2
Mais de 10.000	242	4,4	5.381.624	33,0
Total	5.507	100,0	16.294.889	100,0

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000.

Por outro lado, 242 municípios apresentam mais de 10 mil analfabetos em sua população residente. Esse contingente corresponde a um total de 5.381.624 analfabetos, representando 33% da população analfabeta do País. A população residente nesses municípios varia de 34 mil habitantes, 10 mil dos quais analfabetos (Araioses-MA) a 10 milhões e 400 mil habitantes, com 383 mil analfabetos (São Paulo-SP).

Desses municípios, 121, ou seja, a metade deles, têm até 129 mil habitantes. Nesse grupo de 242 municípios com mais de 10 mil analfabetos estão grandes centros urbanos e todos os municípios das capitais.

Em termos relativos, as maiores taxas de analfabetismo estão em municípios localizados nas Regiões Norte e Nordeste.

Esse quadro é preocupante, em função das baixas condições socioeconômicas dessas localidades, que, diante de suas características, promovem a manutenção dessa situação de exclusão social.

As análises estatísticas dos 5.507 municípios brasileiros recenseados em 2000 mostram que existe forte correlação entre a taxa de analfabetismo na população de 15 ou mais anos e a taxa de freqüência à escola.

Assim, o município brasileiro cuja população de 15 anos ou mais possui o mais elevado número médio de séries concluídas é Niterói-RJ, e sua taxa de analfabetismo é de apenas 3,6%.

Por outro lado, a população do município de Guaribas-PI tem, em média, 1,1 série concluída, uma taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais de 59% e uma taxa de analfabetismo funcional de 92,7%.

Tabela 7 – Os dez primeiros municípios cuja população de 15 anos ou mais tem, em média, os maiores índices de anos de estudo – 2000

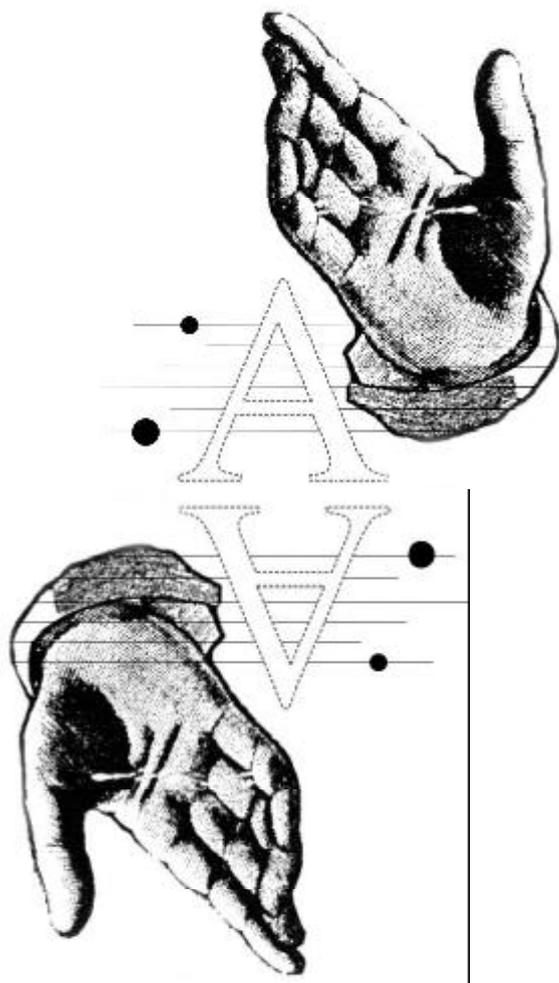
Município	População	Taxa de analfabetos de 15 anos ou mais	Nº médio de séries concluídas
1º Niterói-RJ	459.451	3,6	9,5
2º Florianópolis-SC	342.315	3,6	9,2
3º Vitória-ES	292.304	4,6	9,0
4º Porto Alegre-RS	1.360.590	3,5	9,0
5º São Caetano do Sul-SP	140.159	3,0	8,9
6º Santos-SP	417.983	3,6	8,9
7º Balneário Camboriú-SC	73.455	3,0	8,7
8º Pedro-SP	1.883	2,9	8,6
9º Curitiba-PR	1.587.315	3,4	8,6
10º Rio de Janeiro-RJ	5.857.904	4,4	8,4

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000.

Tabela 8 – Os dez últimos municípios cuja população de 15 anos ou mais tem, em média, os menores índices de anos de estudo – 2000

Município	População	Taxa de analfabetos de 15 anos ou mais	Nº médio de séries concluídas
1º Guaribas-PI	4.814	59,0	1,1
2º Jordão-AC	4.454	60,7	1,2
3º Santa Rosa do Pururus-PI	2.246	56,8	1,5
4º Caxingó-PI	4.147	56,4	1,6
5º Caraúbas do Piauí-PI	4.809	59,8	1,6
6º Cocal dos Alves-PI	5.155	52,8	1,6
7º Damião-PB	3.645	48,8	1,7
8º Campo Alegre do Fidalgo-PI	4.451	44,2	1,7
9º Curral de Cima-PB	5.323	55,3	1,7
10º Melgaço-PA	21.064	41,9	1,7

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000.



Em 1.796 municípios, a escolarização média da população de 15 anos ou mais é inferior a quatro séries concluídas, ou seja, situa-se na condição de analfabetos funcionais. E, dos 5.507 municípios brasileiros, apenas 19 asseguram à sua população uma escolarização que corresponda ao ensino fundamental completo (oito séries concluídas).

Veremos, a seguir, como a taxa de analfabetismo se distribui entre as diferentes idades.

A distribuição pelas faixas etárias

O analfabetismo atinge praticamente todas as faixas etárias, obviamente com intensidades diferentes, como mostra a Tabela 9. São populações com perfis e expectativas diferentes, e, por isso mesmo, o analfabetismo deve ser combatido com diferentes estratégias. Na faixa etária de 10 a 19 anos, vemos o fracasso recente do sistema educacional brasileiro, ou seja, 7,4% são analfabetos. Ora, estes jovens ou ainda estão na escola ou por ela já passaram, o que mostra que nosso sistema educacional continua ainda a produzir analfabetos. Houve, sim, avanços, mas ainda não fomos capazes de fechar a torneira do analfabetismo.

**Tabela 9 – Taxa de analfabetismo por faixa etária
Brasil – 1996/2001**

Faixa etária	Ano		
	1996	1998	2001
10 a 14	8,3	6,9	4,2
15 a 19	6,0	4,8	3,2
20 a 29	7,6	6,9	6,0
30 a 44	11,1	10,8	9,5
45 a 59	21,9	20,1	17,6
60 e mais	37,4	35,9	34,0

Fonte: IBGE – PNADs 1996, 1998 e 2001.

Nota: Exclusiva a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

É doloroso constatar que, no Brasil, 35% dos analfabetos já freqüentaram a escola. As razões para o fracasso do País na alfabetização de seus jovens são várias: escola de baixa qualidade, em especial nas regiões mais pobres do País e nos bairros mais pobres das grandes cidades, trabalho precoce, baixa escolarização dos pais, despreparo da rede de ensino para lidar com

essa população. O mais preocupante é que, a despeito dos avanços conquistados, ainda observamos o baixo desempenho dos sistemas de ensino, caracterizado pelas baixas taxas de sucesso escolar, sobretudo nos primeiros anos de escolaridade, e, o que é pior, atingindo as crianças mais jovens, como aponta a Tabela 10.

Tabela 10 – Indicadores de desempenho no ensino fundamental – Brasil – 2001

Unidade geográfica	Tempo médio esperado de permanência	Número médio esperado de séries concluídas	Porcentual esperado de concluintes
Brasil	8,5	6,8	62,4
Norte	8,4	6,0	42,3
Nordeste	8,8	6,2	50,0
Sudeste	8,1	7,3	73,5
Sul	8,4	7,1	69,2
Centro-Oeste	8,4	6,6	55,0

Fonte: MEC/INEP.

Pela tabela, constata-se que, apesar do tempo médio de permanência esperado no ensino fundamental para as crianças que o frequentam já ser superior a oito anos em todas as regiões do País, o que permitiria, se tivéssemos uma escola de qualidade, que todos concluíssem este nível de ensino, apenas 2/3, provavelmente, conseguirão fazê-lo.

Voltando ainda à Tabela 9, os seus dados mostram que, em face da dispersão da taxa de analfabetismo entre as faixas de idade, estratégias específicas devem ser tomadas para cada segmento etário. Além disto, independentemente da faixa etária, o que os trabalhos na área mostram é que os alunos recém-alfabetizados devem ser imediatamente encaminhados para o ensino regular, para evitar uma das características mais comuns em

programas de alfabetização em massa: o retorno à condição de analfabeto em curto espaço de tempo. Retomamos aqui a idéia de que o aumento da escolaridade da população é tão importante quanto a abolição do analfabetismo e com ele se articula.

Analfabetismo e gênero

Aqui, um dado positivo: ao contrário de outros países, no Brasil, o analfabetismo entre as mulheres é praticamente o mesmo que entre os homens. Como mostra o Gráfico 4, 12,4% dos homens de 15 anos e mais e 12,3 entre as mulheres na mesma faixa etária são analfabetos. Quanto às diferenças regionais, constata-se que há mais analfabetos entre as mulheres nas Regiões Sul e Sudeste.

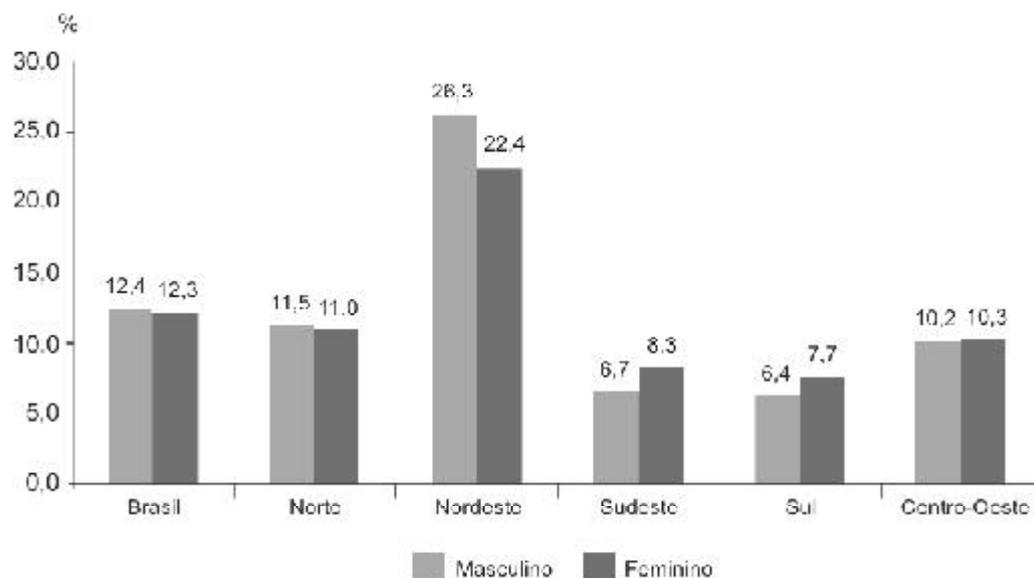


Gráfico 4 – Taxa de analfabetismo na faixa etária de 15 anos e mais por gênero – 2001

Fonte: IBGE, PNAD de 2001.

Nota: Exclusive população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Aliás, no que se refere à questão do gênero, as mulheres, no Brasil, já ocupam a maior parte das matrículas nos diferentes

níveis de ensino, com especial destaque no ensino superior, conforme aponta o Gráfico 5.

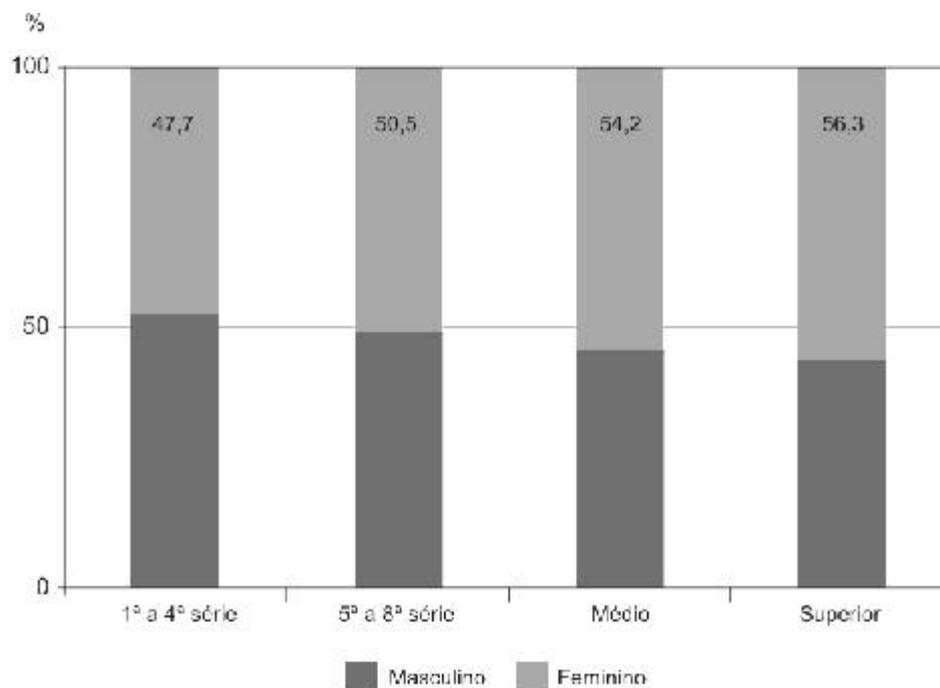


Gráfico 5 - Distribuição percentual da matrícula por gênero, segundo o nível de ensino - Brasil - 2002

Fonte: MEC/INEP.

Analfabetismo e renda

Em um país que apresenta uma das piores concentrações de renda do mundo, onde a renda dos 20% mais ricos é trinta e duas vezes maior que aquela dos 20% mais pobres, a distribuição da educação e do analfabetismo não poderia ser diferente. A Tabela 11 é um retrato nu e

cru dessas disparidades. Assim, para o País como um todo, enquanto a taxa de analfabetismo nos domicílios cujo rendimento é superior a dez salários mínimos é de apenas 1,4%, naqueles cujo rendimento é inferior a um salário mínimo é de quase 29%. No Nordeste, esta situação é mais dramática: a taxa de analfabetismo das famílias mais pobres é vinte vezes maior que aquela das famílias mais ricas.

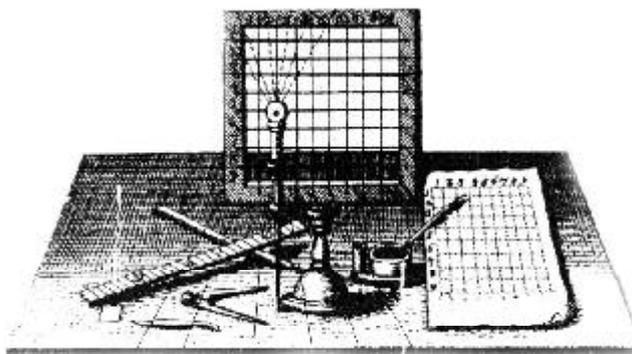


Tabela 11 – Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais por rendimento domiciliar, segundo a unidade da Federação – 2001

Unidade geográfica	Rendimento domiciliar em salário mínimo corrente ⁽²⁾⁽³⁾					
	Total	Até 1	Mais de 1 até 3	Mais de 3 até 5	Mais de 5 até 10	Mais de 10
Brasil	12,4	28,8	19,7	9,7	4,7	1,4
Norte	11,2	22,6	15,5	9,9	5,0	2,0
Nordeste	24,3	36,8	29,3	17,2	8,4	1,8
Sudeste	7,5	20,0	13,5	7,5	4,0	1,5
Sul	7,1	9,5	2,4	5,9	3,6	0,8
Centro-Oeste	10,2	3,3	5,3	8,9	5,0	1,4

Fonte: IBGE – PNAD 2001.

Notas: (1) Exclusiva população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(2) Salário Mínimo em 2001 = R\$ 180,00.

(3) O cálculo destas taxas não levou em consideração as informações com renda não declarada.

Distribuição de renda e de educação são duas ações que caminham juntas. Políticas estruturais de distribuição de renda (como a reforma agrária) assim como as emergenciais (como os programas de renda mínima) aumentam as chances de permanência das crianças e jovens nas escolas. Por sua vez, crianças e jovens com maior escolaridade passam a ocupar empregos mais bem remunerados. Os ganhos sociais advindos de ações dessa natureza, com certeza, trarão impactos muito positivos na sociedade brasileira.

O Brasil precisa e pode construir uma escola com infra-estrutura adequada, capacitar os docentes, pagar-lhes salários justos, ampliar a duração dos turnos até chegar a uma escola de período integral, buscar e levar os seus alunos na escola, alimentá-los com dignidade, dar-lhes renda suplementar, enfim, implantar uma pedagogia de resgate e promoção da cidadania. Não é possível conviver passivamente com a terrível constatação de que 59% dos alunos de 4ª série do ensino fundamental não apresentam habilidades de leitura compatíveis com o nível de letramento apropriado para concluintes desta série; pior, não apresentam habilidades de leitura suficientes que os tornem aptos a continuar seus estudos no segundo segmento deste nível de ensino. Enfim, são também analfabetos, uma vez que não usam a linguagem escrita como elemento essencial de sua vida

Os alfabetizadores

Qualquer programa que tenha como foco a erradicação definitiva do analfabetismo do País deve priorizar um elemento que é central para o seu sucesso: a qualificação dos alfabetizadores. O descuido com esse aspecto ajuda a entender o fracasso de boa parte dos programas de alfabetização em massa que marcam a história do País. Ao contrário do que possa parecer, alfabetizar um jovem ou adulto que já traz uma ou várias experiências de fracasso na sua vivência escolar não é tarefa simples que possa ser executada por qualquer pessoa sem a devida qualificação e preparação.

O Brasil possui cerca de 49 mil professores atuando no primeiro ciclo do ensino fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, outros cerca de 800 mil no primeiro ciclo do ensino fundamental regular e mais de 700 mil atuando no segundo ciclo do ensino fundamental regular. Qualquer programa de combate ao analfabetismo não pode prescindir desse verdadeiro batalhão de professores que facilmente pode vir a se tornar um batalhão de alfabetizadores.

Um programa de alfabetização que se organizasse com um ciclo semestral, prazo em que alfabetizaria e deixaria o educando atendido em condições de reingressar nos sistemas de ensino, e que tivesse por meta erradicar o analfabetismo em quatro anos, exigiria cerca de 200 mil

alfabetizadores (supondo turmas de 10 alunos). Ora, trata-se de um número, embora avantajado, absolutamente realista, em especial considerando que as matrículas de 1ª a 4ª série do ensino fundamental estão em queda no País, liberando salas e docentes.

Aliás, uma medida que se tem mostrado bastante eficaz em experiências distribuídas ao longo do País é a de utilizar, no período noturno, as salas de aula das escolas de ensino fundamental para alfabetização, mesmo porque boa parte de seus usuários será formada pelos pais dos alunos que já estudam nestas escolas. Desta forma, fortalece-se o vínculo escola-comunidade, elemento central para o sucesso escolar dos educados.

A valorização desses professores em um programa de alfabetização, inclusive com formação e remuneração complementar, será decisiva para o sucesso do programa, principalmente pela experiência pedagógica já acumulada por esses profissionais.

Considerações finais

Este texto, ao introduzir os indicadores gerais sobre o analfabetismo no País, parte do pressuposto de que, se sabemos onde estamos e o que temos, é mais fácil saber para onde vamos e com que meios, otimizando os recursos e maximizando os resultados.

Os dados mostram que tão antigas quanto o analfabetismo no País são as tentativas de erradicá-lo. Assim, podemos citar, entre outros: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (1947, governo Eurico Gaspar Dutra); Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958, governo Juscelino Kubitschek); Movimento de Educação de Base (1961, criado pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil – CNBB); Programa Nacional de Alfabetização, valendo-se do método Paulo Freire (1964, governo João Goulart); Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral (1968-1978, governos da ditadura militar); Fundação Nacional de Educação de Jovens e Adultos – Educar (1985, governo José Sarney); Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania – Pnac (1990, governo Fernando Collor de Mello); Declaração Mundial de Educação para Todos (assinada em 1993, pelo Brasil, em Jomtien, Tailândia); Plano Decenal de Educação para

Todos (1993, governo Itamar Franco); e, finalmente, o Programa de Alfabetização Solidária (1997, governo Fernando Henrique Cardoso).

Este grande número de experiências nos indica que a erradicação do analfabetismo é uma meta factível, mas que exigirá um grande esforço nacional, a exemplo do que ocorreu em outros países, inclusive mais pobres que o Brasil e que conseguiram extingui-lo.

Hoje, ao longo do País, há um grande número de experiências que se valem de variadas metodologias e que têm, com sucesso, alfabetizado seus jovens e adultos e construído uma escola que não seja uma fábrica de futuros analfabetos.

De qualquer forma, uma coisa é certa: sempre há e sempre houve disposição da população para se engajar nos programas de alfabetização; o que faltou muitas vezes foram programas de qualidade, claramente delineados para seus diferentes perfis, e com o nível de profissionalização que se espera de qualquer atividade. Nesta área, improvisação geralmente redundou em fracasso, como a nossa própria experiência nos ensina. E, aqui, nunca é demais lembrar do Mobral, que pretendeu erradicar o analfabetismo, a baixo custo, no período da ditadura militar, e que foi um retumbante fracasso.

O Brasil é um país que, graças à difusão do método criado por Paulo Freire, nas décadas de 60 e 70, ajudou a erradicar o analfabetismo no mundo. Infelizmente, neste mesmo período, este educador era proibido de ajudar a combater o analfabetismo no seu próprio país, exilado que foi pela ditadura militar, que via em seu método um elemento de subversão da ordem estabelecida. De fato, uma educação verdadeira é sempre libertadora e, portanto, é uma ameaça aos ditadores, aos que temem a liberdade e a democracia. Contudo, fora dela não há saída, se quisermos, de fato, construir uma nação civilizada e mais justa e igualitária. Concluimos com nosso mestre:

O importante do ponto de vista de uma educação libertadora, e não "bancária", é que, em qualquer dos casos, os homens se sintam sujeitos de seu pensar, discutindo o seu pensar, sua própria visão do mundo, manifestada, implícita ou explicitamente, nas suas sugestões e nas de seus companheiros (Freire, 1987, p. 120).

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da instrução pública no Brasil, 1500-1889*. São Paulo: Ed. da PUC; Brasília: MEC/INEP, 2000. Edição original em francês de 1889.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Primeira edição de 1970.
- TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é privilégio*. 3. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.

Recebido em 28 de abril de 2003.

José Marcelino de Rezende Pinto, doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), é professor (afastado) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP). Atualmente ocupa o cargo de Diretor de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais do Inep.

Liliane Lúcia Nunes de Aranha Oliveira Brant, mestre em Estatística e Métodos Quantitativos pela Universidade de Brasília (UnB) e aluna especial do doutorado em Psicologia Social e do Trabalho – Psicometria, nessa universidade, é estatística do quadro permanente do Inep.

Carlos Eduardo Moreno Sampaio, mestre em Estatística e Métodos Quantitativos pela UnB, é coordenador-geral do Sistema Integrado de Informações Educacionais (Sied) do Inep.

Ana Roberta Pati Pascom, mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais – Demografia, pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas, é consultora do Inep.

Abstract

The paper analyzes the main factors associated to illiteracy, with basis on data collected by School Census 2000, accomplished by IBGE. The main conclusions of the study indicate that illiteracy is a phenomenon that is present with larger predominance not only in the poorer areas of the country but also, in the periphery of great urban centers. One still verifies a considerable number of illiterates varying from 10 to 18 years of age, which shows that, in Brazil, school frequency is not an antidote against illiteracy. One also observes that in municipal districts, where the average of school years is elevated, the number of illiterates is small. These facts point out the necessity to fight illiteracy, taking into account the different profiles of the segments that are in this situation, as well as acting simultaneously with the politics of increasing education in Brazil.

Keywords: illiteracy rate, educational indicators, regional inequalities.
